

A Imprensa e a Participação das Mulheres nas Eleições Paraibanas de 1992

Maria Luisa Soares Marcolino¹

Rodolpho Raphael de Oliveira Santos²

Resumo

Patriarcado e à atuação de oligarquias locais. Este artigo analisa as eleições municipais de 1992 na Paraíba, estado localizado na Região Nordeste do Brasil, no contexto da redemocratização e da Constituição Federal de 1988, que ampliou o debate sobre direitos das mulheres. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental de recortes dos jornais *A União*, *O Norte* e *Correio da Paraíba*, selecionados por sua relevância histórica e circulação estadual à época do pleito. Foram examinadas seis matérias jornalísticas publicadas entre outubro de 1992 e junho de 1993, com foco nas narrativas midiáticas sobre candidaturas e eleições femininas para os cargos do Executivo e do Legislativo municipal. Os resultados indicam que a imprensa ora destacou a excepcionalidade das mulheres eleitas, ora silenciou suas agendas políticas, contribuindo para a reprodução de desigualdades de gênero. Conclui-se que, mesmo em um contexto de avanços democráticos, o jornalismo local desempenhou papel ambíguo na legitimação da presença feminina na política paraibana.

Palavras-chave: política; gênero; Paraíba; imprensa; eleições de 1992.

18

Abstract

Patriarchy and the actions of local oligarchies. This article analyzes the 1992 municipal elections in Paraíba, a state located in the Northeast Region of Brazil, within the context of redemocratization and the 1988 Federal Constitution, which broadened the debate on women's rights. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, based on documentary analysis of clippings from the newspapers *A União*, *O Norte*, and *Correio da Paraíba*, selected for their historical relevance and statewide circulation at the time of the election. Six journalistic articles published between October 1992 and June 1993 were examined, focusing on media narratives about female candidacies and elections for municipal executive and legislative positions. The results indicate that the press sometimes highlighted the exceptionality of the elected women, and sometimes

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Bolsista CAPES. É membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos Legislativos (NUPEL).

² Mestre em Computação, Comunicação e Artes com linha de Pesquisa em Mídias em Ambientes Digitais pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa. Pós-Graduado em Administração Pública pela Faculdade Alfa do Brasil; Mídias Digitais, Comunicação e Mercado pelo Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos, CESREI, Didática no Ensino Superior (FMU – Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas); ABA – Análise do Comportamento Aplicada pela Faculdade Conexão, Belo Horizonte; Bacharel em Comunicação Social (Universidade Estadual da Paraíba, UEPB); Bacharel e Licenciado em Filosofia; Bacharel em Administração pela FAMAR; Bacharel em Teologia e Licenciado em História pela Uninter Centro Universitário. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Estudos Legislativos da Escola do Legislativo da Paraíba – ELEGIS – PB. E-mail: rprofessorpb@gmail.com

silenced their political agendas, contributing to the reproduction of gender inequalities. It can be concluded that, even in a context of democratic progress, local journalism played an ambiguous role in legitimizing the presence of women in Paraíba politics.

Keywords: Politics; Gender; Paraíba; Press; 1992 Elections.

Introdução

A participação feminina na política brasileira é historicamente marcada por exclusões e resistências, refletindo estruturas patriarcais que atravessam as instituições e os espaços de poder. No estado da Paraíba, localizado na Região Nordeste do Brasil, essas desigualdades se manifestam de forma particular, sobretudo no âmbito da política municipal, historicamente dominada por elites masculinas e oligarquias familiares. Embora as mulheres representem mais de 50% do eleitorado nacional, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua presença nos cargos eletivos permaneceu, ao longo do século XX, significativamente limitada, especialmente em contextos locais.

A caça às bruxas continua em nossos dias. De uma maneira dissimulada, porém muito real e cruel. Basta que uma mulher se projete em qualquer ramo de atividade pública. [...] O sistema dominante composto de homens, procura castrá-la, usando de todos os meios para isso, opondo toda a sorte de obstáculos a sua ascensão.¹
(Braga, Lúcia Navarro. p. 120, 1995)

19

No cenário brasileiro, o início da década de 1990 foi marcado pela consolidação do processo de redemocratização, que trouxe consigo a promessa de uma maior inclusão política. A Assembleia Constituinte (1987-1988), por exemplo, se destacou pela participação ativa de mulheres, culminando na formação da chamada "Bancada do batom"². No entanto, apesar desses avanços, as mulheres ainda enfrentavam desafios estruturais, preconceitos e resistências culturais que dificultavam sua ascensão na política, especialmente em estados como a Paraíba, onde oligarquias familiares e práticas conservadoras moldavam o cenário político local.

¹ A epígrafe em questão é um fragmento da obra "Tempo de viver, tempo de contar" (1995), de Lúcia Braga, primeira mulher eleita deputada federal na Paraíba.

² A "bancada do batom" foi um grupo informal de deputadas federais eleitas para a Assembleia Constituinte de 1987-1988 no Brasil. Composto por 26 mulheres, esse grupo teve papel fundamental na inclusão de direitos das mulheres na Constituição de 1988, como a igualdade de gênero, licença-maternidade de 120 dias e proteção contra violência doméstica.

A escolha do recorte temporal – as eleições municipais de 1992 – não é aleatória. Este pleito após o período de redemocratização representa um marco histórico para analisar o impacto das mudanças políticas na participação feminina. Além disso, esse momento reflete a retomada de candidaturas femininas em várias cidades paraibanas, algumas das quais haviam sido inibidas durante a Ditadura Militar (1964-1985). A representação feminina nesse contexto é emblemática, pois revela não apenas as dinâmicas sociais e políticas da época, mas também os desafios enfrentados por essas mulheres para se inserirem em um espaço historicamente dominado por homens.

É importante destacar que, apesar das mulheres representarem mais de 50% do eleitorado brasileiro - segundo dados do IBGE - na década de 1990 sua participação política era extremamente limitada, com uma representatividade inferior a 10%. Phillips (1991) argumenta que esse apagamento deve ser compreendido a partir de uma perspectiva multicausal, considerando tanto os processos de socialização e constrangimentos culturais quanto os entraves institucionais, como os sistemas eleitorais e as conformações partidárias. A ocupação de espaços de poder pelas mulheres, como aponta Joana Pedro (2012), é essencial para defender e fortalecer pautas femininas, dando maior visibilidade social e promovendo debates fundamentais, como igualdade política e direitos reprodutivos.

20

A relevância deste estudo reside na ampliação do entendimento sobre a presença feminina na política paraibana, contribuindo para preencher lacunas na historiografia política local e no debate sobre gênero e poder no Brasil. Ao focar na interação entre imprensa, política e gênero, observamos como as candidaturas femininas foram representadas durante as eleições municipais de 1992 na Paraíba, utilizando como principal fonte de análise a cobertura de três jornais locais: Correio da Paraíba, Jornal O Norte e A União.

A abordagem foca em compreender as narrativas construídas pela mídia, buscando identificar padrões e mudanças na representação das mulheres eleitas. A imprensa, enquanto agente formador de opinião, desempenha um papel crucial nesse processo, podendo atuar tanto como aliada quanto como barreira para a ascensão feminina.

1. Metodologia e Fontes

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter histórico-documental, centrada na análise da participação feminina nas eleições municipais da Paraíba em 1992. A escolha desse pleito justifica-se por seu contexto político específico, uma vez que se trata das primeiras eleições municipais realizadas após a promulgação da Constituição Federal de 1988, marco fundamental na ampliação dos direitos políticos e civis no Brasil, especialmente no que diz respeito às discussões sobre igualdade de gênero e representação feminina na esfera pública.

O recorte empírico contempla tanto o Poder Executivo quanto o Poder Legislativo municipal, considerando que a presença das mulheres nesses dois espaços institucionais permite observar diferentes formas de inserção política e distintos enquadramentos midiáticos atribuídos às candidatas e eleitas. A análise conjunta desses poderes possibilita compreender como a imprensa construiu narrativas específicas sobre prefeitas e vereadoras, ora ressaltando a excepcionalidade de suas trajetórias, ora silenciando suas agendas políticas.

A pesquisa baseia-se na análise documental de três periódicos paraibanos: *A União* (1992 e 1993), *Correio da Paraíba* (1992) e *O Norte* (1992), selecionados por sua ampla circulação estadual, relevância histórica e papel central na formação da opinião pública paraibana no início da década de 1990. Além disso, os jornais apresentam perfis editoriais distintos — oficial, tradicional e comercial — o que permite uma leitura comparativa das representações construídas pela imprensa acerca da participação feminina na política municipal. As edições analisadas encontram-se disponíveis para consulta no Arquivo Histórico Waldemar Duarte, vinculado à Fundação Espaço Cultural da Paraíba.

A delimitação temporal da análise compreende os meses de outubro de 1992, período diretamente relacionado à realização das eleições municipais, e janeiro de 1993, momento posterior ao pleito, quando já se delineavam os desdobramentos políticos e simbólicos da ocupação de cargos públicos por mulheres. Esse recorte visa apreender tanto a cobertura eleitoral propriamente dita quanto as narrativas produzidas após a consolidação dos resultados.

No total, foram identificadas e analisadas seis matérias jornalísticas que abordavam diretamente mulheres eleitas, incluindo prefeitas e vereadoras. A seleção dessas matérias obedeceu a critérios de pertinência temática, centralidade da figura feminina no conteúdo noticioso e recorrência discursiva, permitindo examinar de que maneira a imprensa local construiu sentidos sobre a presença das mulheres no poder político municipal.

O procedimento analítico articula a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), com aportes da análise do discurso, especialmente no que se refere à produção de sentidos, enquadramentos narrativos e silenciamentos discursivos. Foram observados títulos, escolhas lexicais, estratégias narrativas e ausências significativas, buscando compreender como a imprensa contribuiu para legitimar ou tensionar a presença feminina na política paraibana. Essa abordagem dialoga com autoras que discutem as relações entre gênero, poder e esfera pública, como Michelle Perrot (1996), Glória Rabay (2010) e Diva Muniz (2018).

Cabe destacar que parte significativa da bibliografia mobilizada neste estudo é composta por obras publicadas na mesma década ou em período próximo aos acontecimentos analisados. Essa escolha metodológica busca preservar a historicidade das interpretações, permitindo compreender os fatos a partir das concepções, valores e disputas simbólicas vigentes à época.

Por fim, a opção por uma abordagem interdisciplinar, articulando história política, estudos de gênero e análise da imprensa, visa ampliar os horizontes interpretativos da historiografia, conferindo visibilidade às trajetórias das mulheres paraibanas na política municipal e problematizando as narrativas que moldaram sua representação pública. Como destaca Muniz (2018, p. 164), “pesquisar, escrever e ensinar história é um ato político”.

2. Contexto Histórico e Político

A história política brasileira foi, em grande medida, estruturada sob a hegemonia masculina e sob o controle das chamadas elites políticas, compostas por grandes famílias que concentraram poder, influência econômica e capital simbólico ao longo do tempo. Esse padrão também se reproduziu na Paraíba, onde se consolidaram

dinâmicas próprias de manutenção do poder desde o período pós-1930, marcadas pela presença de oligarquias familiares que se perpetuaram tanto na esfera municipal quanto estadual. Nessas estruturas, a política frequentemente se organizava como um patrimônio privado, transmitido entre membros da mesma família, seja de pai para filho ou, em alguns casos, de marido para esposa, configurando um modelo de herança política que restringiu o acesso de novos atores, especialmente das mulheres.

Nesse contexto, a exclusão feminina da política paraibana não se deu apenas por impedimentos legais, mas também por barreiras culturais, sociais e simbólicas profundamente enraizadas. A naturalização da política como espaço masculino, associada à divisão sexual dos papéis sociais, relegou às mulheres a atuação no âmbito privado, doméstico ou assistencial, dificultando sua inserção em arenas decisórias. Como aponta Muniz (2018, p. 148), narrar a trajetória dessas mulheres exige reconhecer o esforço permanente de “provar e comprovar” que elas também são sujeitos históricos, moldados por seu tempo e inseridos nas disputas e contradições do processo histórico.

Apesar dessas limitações estruturais, algumas mulheres lograram destaque na política paraibana, como Lúcia Braga, Zarinha, Socorro Marques, Estefânia Maroja e Dona Dida. Embora vinculadas a diferentes partidos e projetos políticos, suas trajetórias ilustram a luta pela ocupação de espaços historicamente negados às mulheres no estado, evidenciando tanto avanços quanto os limites impostos por uma cultura política marcada pelo patriarcalismo e pelo clientelismo.

A participação feminina na política brasileira, contudo, antecede a década de 1990. Ela remonta ao final do século XIX e início do século XX, com o movimento sufragista e a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), na década de 1920. As mulheres envolvidas nesses movimentos eram frequentemente retratadas como “rivais dos homens”, conforme registra Vieira (1922), revelando a resistência social à ampliação dos direitos políticos femininos. Ainda assim, tais mobilizações foram fundamentais para a conquista do voto feminino em 1932 e para a eleição, em 1933, da primeira deputada federal do país, Carlota Pereira de Queiroz, pelo estado de São Paulo.

Na Paraíba, registros da participação feminina em eventos políticos datam de 1928, segundo o jornal *A União*. Em 1930, na cidade de Campina Grande, a campanha

da Aliança Liberal contou com a criação da Cruzada Feminina Liberal Clara Camarão, organização que defendia as propostas de Getúlio Vargas. Essas iniciativas, classificadas pela imprensa como “manifestações cívicas” (RABAY, 2010, p. 14), contribuíram para a inserção gradual das mulheres no debate político, ainda que de forma limitada e frequentemente subordinada às lideranças masculinas.

Apesar desses avanços iniciais, a inserção efetiva das mulheres na política institucional paraibana foi lenta. As primeiras candidaturas femininas no estado ocorreram apenas em 1945, com Neusa Vinagre de Andrade, pelo Partido Democrata Cristão (PDC), e Luzia Ramalho Clerot, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nas décadas seguintes, outras tentativas, como a de Elizabeth Teixeira, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), não obtiveram êxito eleitoral. Somente em 1972, Ofélia Gondim foi eleita a primeira vereadora da Paraíba. Ainda assim, desde 1966, o Nordeste concentrava 81,25% das prefeitas do Brasil, configurando-se como a região com maior presença feminina na política municipal, ainda que em números absolutos reduzidos.

Na década de 1990, observa-se um crescimento mais expressivo no número de mulheres candidatas e eleitas. Em 1992, Emília Augusta Lins Freire, filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), foi eleita vice-prefeita de João Pessoa na chapa encabeçada por Chico França. No mesmo pleito, foram eleitas 14 prefeitas, correspondendo a 8,18% do total estadual, e 216 vereadoras, o que representava 10,69% das cadeiras legislativas municipais, em um cenário nacional que contabilizou quase quatro mil vereadoras eleitas. Embora proporcionalmente inferior aos percentuais registrados na década de 1960 — sobretudo em razão da criação de novos municípios —, o Nordeste manteve-se como a região com maior representatividade feminina.

Esse crescimento pode ser compreendido como um desdobramento das mobilizações femininas intensificadas a partir do chamado “Lobby do Batom”, protagonizado por parlamentares e movimentos de mulheres durante os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1987-1988 (TABAK, 1987; PEDRO, 2010). Além disso, a aprovação da legislação que determinou a reserva mínima de 30% das candidaturas para mulheres, em 1996, representou um avanço institucional importante, ainda que sua

aplicação efetiva só tenha ocorrido a partir de 2009, evidenciando a resistência dos partidos políticos à ampliação da representatividade feminina.

No plano partidário, o cenário político paraibano em 1992 era dominado por três grandes siglas: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). O PMDB destacava-se como força hegemônica, controlando 81 prefeituras, o que representava mais de um terço dos 171 municípios existentes no estado naquele ano. Tal domínio refletia o poder consolidado de lideranças regionais vinculadas às elites políticas tradicionais, frequentemente sustentadas por redes familiares e alianças locais. O PFL e o PDT, embora com menor capilaridade, também exerciam influência significativa em regiões estratégicas, contribuindo para a manutenção de um sistema político polarizado e pouco permeável à renovação.

Para Rabay (2010, p. 33), a política paraibana pode ser compreendida como uma “instituição corporativa de representação de interesses”, na qual as elites políticas mantêm sua influência ao longo das décadas por meio da reprodução hereditária do poder. Tabak (1987) complementa essa análise ao observar que a inserção de mulheres na política ocorre, muitas vezes, como extensão do “prestígio político” de pais, maridos ou outros familiares, o que evidencia as limitações estruturais enfrentadas pelas mulheres para construir trajetórias políticas autônomas.

Assim, o contexto histórico da década de 1990 revela a coexistência entre avanços institucionais e a persistência de estruturas tradicionais de poder. Ao mesmo tempo em que se ampliam as lutas feministas e se diversificam suas pautas, incorporando dimensões de gênero, classe e raça, permanecem obstáculos relacionados à sub-representação e à resistência cultural. Essa dualidade caracteriza o cenário político do período e permite compreender como as eleições municipais de 1992 se configuram como um marco relevante para analisar a presença feminina na política paraibana e os limites impostos pelas estruturas de poder historicamente constituídas.

3. Elas Foram Eleitas: Cultura Política e Gênero nas Eleições de 1992

A cultura de gênero na política refere-se ao conjunto de normas, valores, práticas e representações que estruturam as relações de poder entre homens e

mulheres nos espaços institucionais. Trata-se de uma cultura historicamente marcada pela centralidade masculina, resultado de estruturas patriarcais que, ao longo do tempo, associaram liderança, autoridade e racionalidade política ao universo masculino, relegando as mulheres a posições de subordinação ou excepcionalidade. Nesse sentido, as desigualdades de gênero na política não podem ser compreendidas como fruto exclusivo de escolhas individuais, mas como expressão de arranjos institucionais, partidários e simbólicos que limitam a participação feminina de forma sistemática.

Como argumenta Anne Phillips (1991), a exclusão das mulheres dos espaços de poder deve ser analisada a partir de uma perspectiva estrutural, considerando tanto os mecanismos formais dos sistemas políticos quanto as normas culturais que moldam o acesso às instâncias decisórias. Para a autora, partidos políticos dominados por lideranças masculinas, sistemas eleitorais pouco inclusivos e a persistência de estereótipos de gênero constituem barreiras que dificultam a competitividade das candidaturas femininas. Essa leitura é reforçada por Humberto Dantas (2017), ao destacar que a sub-representação das mulheres na política decorre, em grande medida, de arranjos partidários e institucionais que restringem suas chances eleitorais, mesmo em contextos de ampliação formal da participação democrática.

26

Michelle Perrot (1996; 2019) contribui para essa análise ao enfatizar que a construção histórica do espaço público ocorreu de forma excludente, consolidando-se como um território prioritariamente masculino. A invisibilidade das mulheres na política resulta, assim, de processos de longa duração, nos quais a separação entre os âmbitos público e privado relegou as mulheres ao espaço doméstico, afastando-as das decisões de interesse coletivo. Quando essas fronteiras começam a ser tensionadas, a presença feminina nos cargos públicos passa a ser vista como algo disruptivo, frequentemente acompanhada de resistências simbólicas e institucionais.

No contexto brasileiro, e particularmente no recorte das eleições municipais de 1992, essas dinâmicas tornaram-se evidentes. Embora o pleito tenha registrado a eleição de mulheres para cargos no Executivo e no Legislativo municipal, a presença feminina permaneceu numericamente reduzida e socialmente condicionada. Como observa Joana Maria Pedro (2012), a ocupação de cargos públicos por mulheres não implica, automaticamente, a incorporação de pautas feministas ou a transformação das

relações de poder. Ainda assim, a presença feminina nos espaços institucionais contribuiu para ampliar a visibilidade das questões de gênero e tensionar a lógica tradicional da política.

É importante destacar que nem todas as mulheres que ingressaram na política compartilhavam uma agenda voltada aos direitos das mulheres ou à igualdade de gênero. Um exemplo emblemático foi a resistência de algumas lideranças femininas à implementação das cotas de 30% para candidaturas de mulheres, sob o argumento de que tal medida poderia reforçar estigmas de inferioridade. Por outro lado, havia aquelas que compreendiam a política como uma missão pública e se engajavam em ações voltadas à promoção de direitos sociais, especialmente nas áreas de assistência, educação e saúde.

No caso específico da Paraíba, muitas das mulheres eleitas em 1992 possuíam vínculos com famílias politicamente influentes, reproduzindo um padrão recorrente na política brasileira. Em diversos municípios, a inserção feminina ocorreu por meio de laços familiares, como filiação, casamento ou substituição de figuras masculinas impedidas por razões legais ou de saúde. Essa lógica de acesso ao poder, analisada por Tabak (1987) como “prestígio político”, evidencia os limites estruturais enfrentados pelas mulheres para a construção de trajetórias políticas autônomas.

Outro caminho recorrente de inserção feminina na política foi o exercício do papel de primeira-dama. Muitas mulheres iniciaram sua atuação pública a partir de funções ligadas às áreas sociais, utilizando essas posições para construir redes de sociabilidade e capital político. Embora esse percurso tenha possibilitado maior visibilidade, ele também reforçou estereótipos de gênero, restringindo a atuação feminina a campos considerados tradicionalmente “femininos” e afastando-as de áreas estratégicas da gestão pública.

Apesar dessas limitações, alguns casos assumem relevância histórica e simbólica. Conforme aponta Rabay (2010), a maioria das mulheres eleitas em 1992 na Paraíba estava vinculada a partidos de centro ou direita e a famílias com tradição política e recursos para financiar campanhas. Entretanto, exceções como a eleição de Nancy Cassiano, primeira mulher indígena eleita prefeita no estado, pela coligação PMDB/PFL

no município de Baía da Traição, representam um marco significativo. Sua eleição ultrapassa a dimensão da representatividade feminina, incorporando também a valorização da identidade indígena e o fortalecimento dos povos originários na política paraibana.

Assim, a análise das eleições municipais de 1992 revela que a presença das mulheres na política paraibana, embora crescente naquele período, ocorreu de forma desigual e condicionada por estruturas históricas de poder. Ainda que essas trajetórias não tenham sido suficientes para romper plenamente com a lógica patriarcal e oligárquica, elas contribuíram para tensionar os limites da cultura política vigente e abriram caminhos para transformações futuras na representação feminina.

4. Análise e Discussão dos Recortes de Jornais

De acordo com Silva (2005), os jornais como fonte histórica têm ganhado crescente atenção em pesquisas recentes, evidenciando a importância da comunicação impressa em diferentes contextos, incluindo o político. No campo da história política, Silva (2006) destaca que a imprensa desempenha um papel fundamental como objeto historiográfico, especialmente quando se reconhece sua especificidade no cenário político, sua dinâmica própria e sua função de mediação entre a sociedade e o Estado.

Nesse sentido, a análise historiográfica da produção jornalística de períodos específicos se torna essencial para compreender os múltiplos fatores que contribuíram para a formação de determinados cenários políticos. Os jornais não apenas refletem, mas também moldam as narrativas políticas e sociais de sua época, oferecendo aos historiadores um rico material para explorar a interação entre a esfera pública e as instituições estatais, bem como para identificar os interesses e ideologias em disputa. Assim como nos aponta Le Goff:

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da própria posição da sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção. [...] [O documento] é antes de mais nada o resultado de uma montagem (consciente ou não) do historiador, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver [...] durante as quais continuou a ser manipulado (Le Goff, 1990: 540-541).

Para a análise e o discurso apresentados neste artigo, utilizamos três periódicos paraibanos com o objetivo de compreender como as mulheres eleitas no pleito municipal de 1992 foram retratadas pela imprensa. Esses jornais representam importantes fontes para identificar as percepções e os discursos veiculados acerca da presença feminina na política local durante aquele período.

A análise dos recortes jornalísticos foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa de análise do discurso, articulando procedimentos da análise de conteúdo categorial (Bardin, 2011) com contribuições da análise do discurso francesa, especialmente no que se refere à produção de sentidos, enquadramentos e silenciamentos (Charaudeau, 2008; Kerbrat-Orecchioni, 2006). Foram observados títulos, léxico empregado, enquadramentos narrativos e ausências discursivas, buscando compreender como a imprensa construiu representações sobre a presença feminina na política municipal.

O primeiro periódico analisado foi *A União*, criado em 2 de fevereiro de 1893 como jornal oficial do Partido Republicano, sob a presidência provincial de Álvaro Lopes Machado (1892-1896). Em sua obra *Paraíba: imprensa e vida*, Araújo (1986, p. 255) destaca *A União* como um verdadeiro "patrimônio paraibano", evidenciando seu papel central na história da comunicação no estado. Atualmente, *A União* é considerado um dos jornais mais antigo do Brasil, se destacando pela sua relevância na construção de narrativas políticas, sociais e culturais da Paraíba. A longevidade e a continuidade editorial do periódico oferecem um rico acervo para análises historiográficas, especialmente no que diz respeito às representações sociais e às dinâmicas de poder na sociedade paraibana.

Os recortes abaixo (imagens 1 e 2) pertencem à edição nº 204, datada de 9 de outubro de 1992. Foi nessa edição que identificamos as primeiras referências ao primeiro turno da eleição municipal do ano citado.

O trecho acima evidencia a hegemonia do PMDB nas eleições municipais de 1992 na Paraíba, fenômeno em grande parte sustentado por alianças políticas estratégicas e pela continuidade da influência de oligarquias locais. A reduzida diversidade partidária nos cargos do Executivo municipal reflete a permanência do

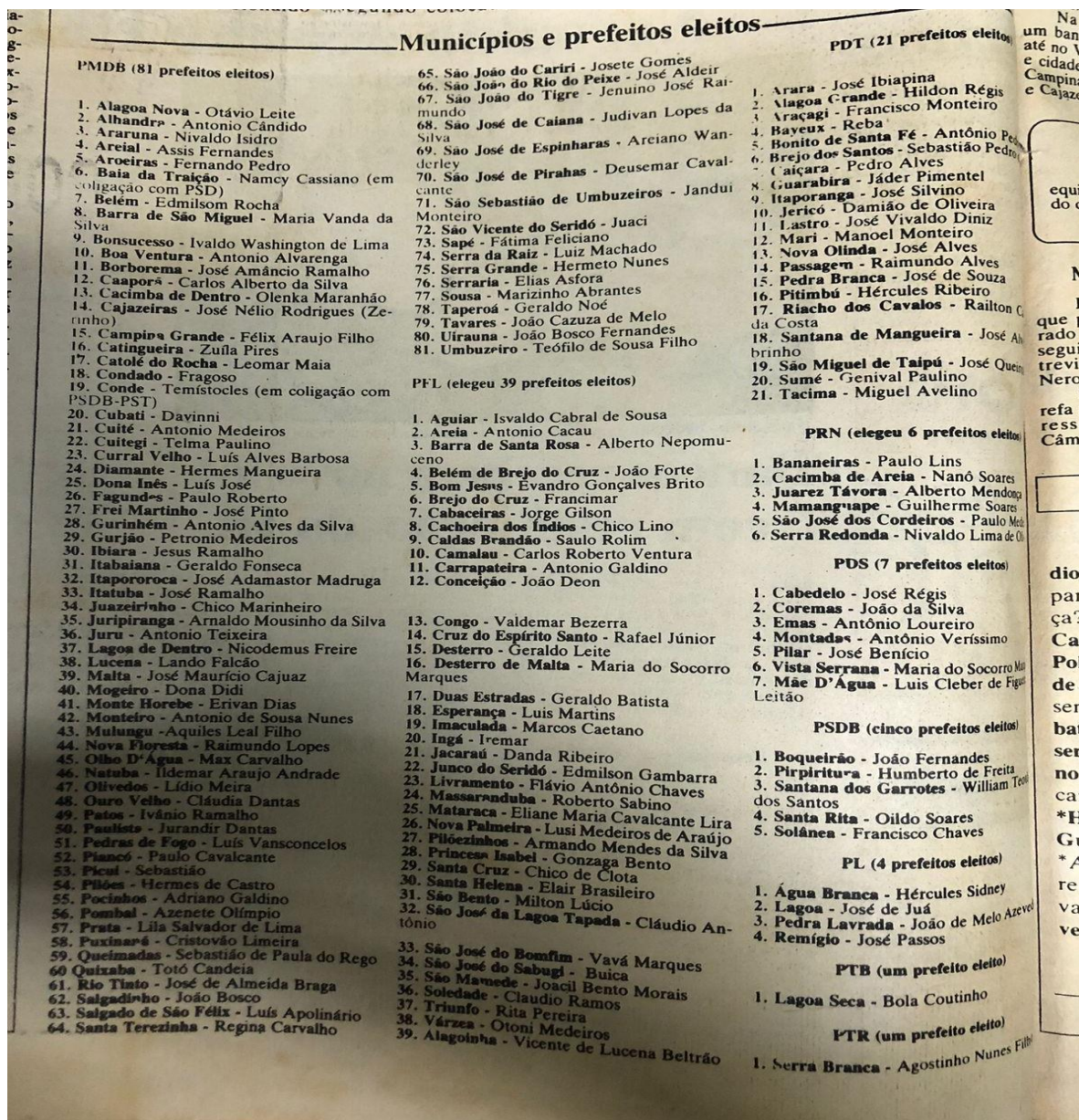
poder nas mãos de grupos tradicionais, revelando um quadro de estabilidade das elites políticas mesmo após a promulgação da Constituição de 1988. Nesse sentido, observamos uma acomodação dessas elites ao novo cenário institucional, sem que isso representasse, ao menos de forma imediata, uma ampliação real do acesso ao poder por parte de grupos historicamente marginalizados. A eleição de figuras como Nanci Cassiano, portanto, configura uma ruptura simbólica e pouco visibilizada nesse processo. A expressiva vitória do PMDB, longe de representar uma efetiva renovação democrática, sinaliza antes a resiliência das estruturas tradicionais de dominação política.

Imagem 1: “PMDB vence eleições e faz 81 prefeitos em toda a Paraíba”



Fonte: A UNIÃO. Edição nº 204. João Pessoa, 9 out. 1992. Diário Oficial do Estado da Paraíba.

Imagem 2: “Municípios e prefeitos eleitos”



Fonte: A UNIÃO. Edição nº 204. João Pessoa, 9 out. 1992. Diário Oficial do Estado da Paraíba.

O recorte a seguir (imagem 3) se refere a uma matéria publicada no Jornal A União, datada de junho de 1993. No entanto, devido à rasura na data da edição, não foi possível identificar com precisão o dia da publicação durante a análise documental. A reportagem foi veiculada após a posse¹ das prefeitas eleitas em 1992 e tem como foco o caso de Telma Paulino, eleita para o cargo de prefeita no município paraibano de Cuité. O texto adota um tom claramente favorável à gestora, destacando suas ações iniciais no comando do Executivo municipal e afirmando que, em curto espaço de

¹ De acordo com dados do TSE, a posse dos eleitos no pleito de 1992 ocorreu em maio de 1993.

tempo, a prefeita teria conseguido “reverter a má imagem administrativa deixada por seu antecessor”.

Entre as medidas mencionadas pela reportagem para reverter a situação citada, destaca-se o pagamento de servidores e fornecedores em atraso, a reestruturação da máquina pública, a realização de reformas em unidades escolares e o planejamento de novos projetos, como a implantação de um centro de saúde e melhorias na infraestrutura urbana. A matéria atribui a essas ações a crescente aceitação da prefeita por parte da população.

Imagem 3: “Administração de Telma já tem aceitação em Cuitégi”



32

Fonte: A União. João Pessoa, jun. 1993. Diário Oficial do Estado da Paraíba.

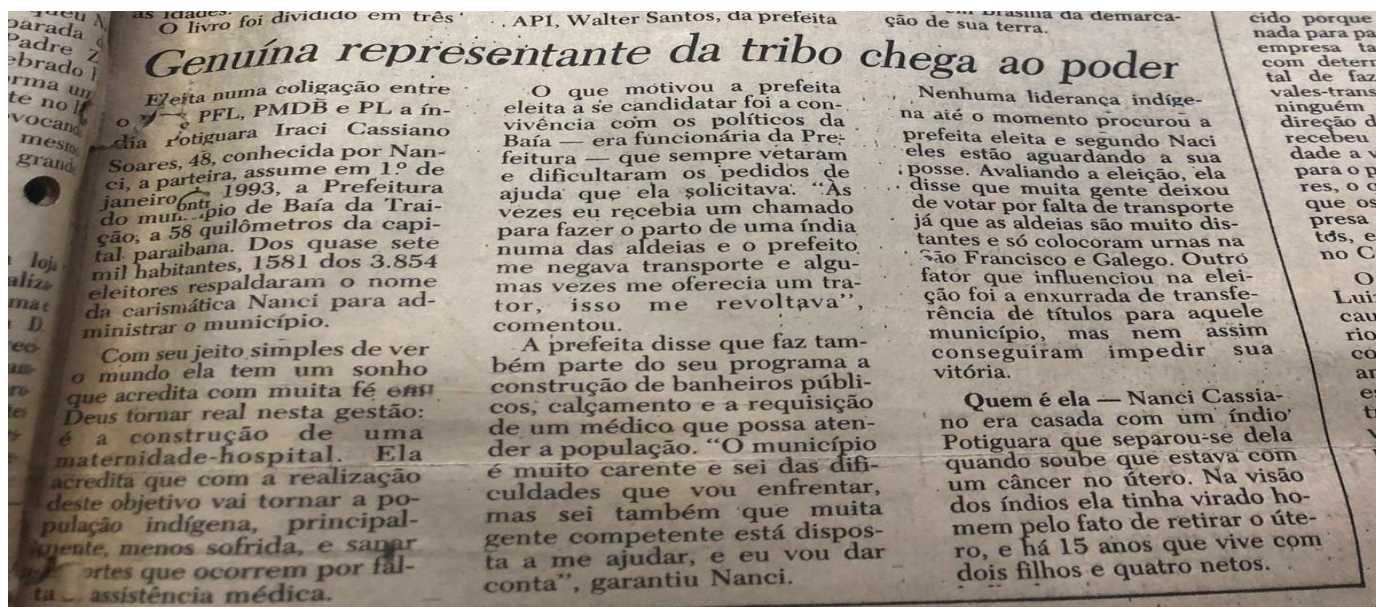
O segundo periódico analisado é O Norte, fundado em 7 de maio de 1908, na cidade de João Pessoa¹, pelos irmãos Oscar Soares e Orris Eugênio Soares, de família tradicional no comércio e política estadual. À época, o jornal representou uma

¹ Em 1908, a capital paraibana era chamada Parahyba do Norte. Somente em 4 de setembro de 1930 passou a se chamar João Pessoa, em homenagem ao então presidente do estado, João Pessoa, assassinado no Recife.

verdadeira revolução para a imprensa paraibana, ao introduzir novos formatos textuais e editoriais que romperam com os padrões tradicionais vigentes. Em 1954, foi incorporado ao grupo de comunicação liderado por Assis Chateaubriand, passando a integrar a cadeia dos Diários Associados, um dos maiores conglomerados midiáticos do país. Desde então, O Norte se consolidou como um dos principais veículos de informação da Paraíba, circulando regularmente na capital até o ano de 2012, quando encerrou suas atividades impressas.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, O Norte se destacou como o periódico que mais veiculou matérias relacionadas à eleição municipal de 1992, se tornando uma fonte fundamental no processo dessa pesquisa. A cobertura oferecida pelo jornal possibilitou uma análise mais aprofundada do contexto eleitoral, como algumas matérias de mulheres eleitas como apresentado nos recortes das Imagens 4, 5 e 6, abaixo.

Imagem 4: “Genuína representante da tribo chega ao poder”



Fonte: O Norte. Geral 1º-12. João Pessoa, 8 out. 1992.

O recorte acima apresenta uma narrativa linear e factual sobre a eleição de Nanci Cassiano Soares, mulher indígena da etnia Potiguara, à prefeitura de Baía da Traição (PB), em 1992. A eleição de uma mulher indígena para um cargo executivo municipal reflete essa abertura institucional, mas ainda em contexto de forte exclusão estrutural. Ao destacar que ela é uma "genuína representante da tribo", o jornal marca

sua ascendência étnica como central para sua legitimidade. Isso pode ser interpretado como reconhecimento de uma representação política comunitária. Eleita por uma coligação entre partidos tradicionais (PFL, PMDB, PL), Nanci se apresenta como alguém que conhece de perto as dificuldades dos indígenas – falta de transporte, saúde, infraestrutura –, sugerindo uma gestão sensível às necessidades populares e étnicas. A matéria, ao mesmo tempo que reconhece a legitimidade da candidatura de Nanci Cassiano Soares, reproduz visões estereotipadas e limita o debate sobre os reais desafios da política indígena e das desigualdades de gênero e raça.

Imagem 5: “Todos os prefeitos já são conhecidos”



Fonte: O Norte. Geral 1º-12. João Pessoa, 8 out. 1992.

Na imagem 5, observamos a reprodução da mesma tabela veiculada na edição do Jornal A União; contudo, o periódico O Norte apresentou a informação sob o título “Todos os prefeitos já são conhecidos”, o que revela uma imprecisão factual. Tal afirmação contradizia a realidade do processo eleitoral daquele momento, uma vez que, embora diversos municípios já tivessem definido seus representantes, ainda havia localidades em que a escolha do chefe do executivo municipal dependia do segundo turno, previsto para ocorrer em 15 de novembro de 1992. A divulgação prematura desse tipo de informação compromete não apenas a credibilidade jornalística, mas também a compreensão pública do andamento do pleito eleitoral.

No entanto, ao examinar o quadro apresentado no impresso, é possível observar a predominância de siglas partidárias como PMDB, PFL, PDT e PTB, caracteristicamente associadas ao cenário político brasileiro da década de 1990. Essa configuração evidencia a continuidade de uma estrutura política fortemente centralizada nas elites tradicionais, com baixa renovação de candidatos e manutenção de vínculos com práticas oligárquicas.

Além disso, o dado referente à representatividade de gênero é igualmente revelador: dos 164 prefeitos eleitos no primeiro turno, apenas 16 eram mulheres, o que corresponde a menos de 10% do total. Tal disparidade reforça o quadro de exclusão feminina dos espaços de poder institucional, demonstrando que, apesar dos avanços democráticos formais, as barreiras à participação política das mulheres ainda permaneciam significativamente enraizadas naquele contexto histórico.

O último recorte apresentado (imagem 6) evidencia a retomada da presença feminina no legislativo do município de Patos, uma das principais cidades do sertão paraibano, após um intervalo de 25 anos de ausência. Dentre as eleitas, destacamos a vereadora Eliane Batista (PFL), cuja campanha incluiu a defesa dos direitos das mulheres como uma de suas pautas centrais, e Maria Crispim (PRN - Partido da Reconstrução Nacional).

A análise desse tipo de fonte permite compreender que a inserção de mulheres na política paraibana, embora simbolicamente significativa, não representava, necessariamente, uma ruptura com as estruturas tradicionais e excludentes de poder. Ao contrário, essas trajetórias políticas frequentemente se desenvolviam dentro dos limites impostos por essas mesmas estruturas, evidenciando que os avanços eleitorais

não se traduziam, de forma automática, em transformações substantivas na lógica de gênero vigente no campo político.

Conforme citado ao longo deste trabalho, também foram examinados recortes do jornal Correio da Paraíba, referentes aos meses de outubro e novembro de 1992, que cobrem o primeiro e o segundo turno das eleições municipais, respectivamente. No entanto, a cobertura do periódico sobre o pleito foi limitada e pouco focalizada. Foram identificadas apenas duas matérias relacionadas às eleições e ambas estavam centradas na reeleição de famílias tradicionais no cenário político do sertão paraibano, sem qualquer menção a candidaturas femininas ou à eleição de mulheres. Diante da escassez de conteúdo relevante para os objetivos desta pesquisa, optamos por não realizar uma análise mais aprofundada do jornal nesta seção do trabalho.

Imagem 6: “Mulheres voltam a ocupar o Legislativo em Patos”



Fonte: O Norte. Geral 1º-12. João Pessoa, 8 out. 1992.

A análise dos recortes jornalísticos extraídos dos jornais *A União* e *O Norte*, datados de outubro de 1992, nos permitiu observar, sob múltiplas camadas, os sentidos atribuídos à participação política no período pós-redemocratização na Paraíba, com destaque para os contrastes entre a cobertura dada à eleição de homens e de mulheres. Por meio de uma leitura crítica dos títulos “PMDB vence eleições e faz prefeitos em toda a Paraíba” e “Mulheres voltam a ocupar o Legislativo em Patos”, é possível identificar elementos centrais da historiografia política regional e suas imbricações com os discursos midiáticos, revelando assim a persistência de estruturas patriarcais no campo da representação política.

No primeiro recorte, a reportagem se dedica a destacar o amplo domínio eleitoral do PMDB nas eleições municipais de 1992, com ênfase no número de prefeitos eleitos e na extensão geográfica da vitória. A linguagem adotada é triunfalista, reproduzindo um tom de crônica eleitoral convencional, centrado na performance partidária e nos nomes masculinos que compunham a disputa pelo poder local. A análise historiográfica desse tipo de cobertura remete à continuidade das oligarquias políticas paraibanas, cujas práticas foram herdadas do período da ditadura militar e continuadas sob novas roupagens na Nova República. Nesse sentido, o PMDB emerge como ator central do processo de redemocratização, mas sua estrutura interna pouco alterava a lógica de exclusão histórica das mulheres e demais sujeitos marginalizados no exercício do poder institucional.

37

O segundo recorte, por sua vez, oferece um contraste notável ao abordar o retorno de mulheres ao Legislativo municipal da cidade de Patos. O uso do termo “voltam” na manchete revela a intermitência da presença feminina na política institucional, sugerindo que sua participação era episódica e não consolidada. A cobertura, embora registre o fato como algo digno de nota, se limita a uma narrativa descritiva, sem aprofundar os contextos sociais, políticos e simbólicos que envolvem a trajetória das candidatas eleitas e já citadas. A ausência de menção a suas agendas políticas, aos desafios enfrentados ou às estratégias de mobilização evidencia o modo como a imprensa, mesmo em contextos democráticos, operava sob a lógica de silenciamento das vozes femininas na política.

A comparação entre os dois recortes evidencia uma cobertura profundamente marcada por desigualdades de gênero. Enquanto a ascensão de figuras masculinas e de partidos tradicionais como o PMDB é tratada como natural e até celebratória, a eleição de mulheres é noticiada como um evento fora da norma, cuja excepcionalidade demanda explicação, mas não reconhecimento efetivo. Do ponto de vista da política de gênero, isso revela que a Paraíba de 1992 ainda se encontrava fortemente vinculada a práticas patriarcais, nas quais a ocupação de cargos públicos por mulheres não era uma realidade consolidada, mas sim tolerada dentro de certos limites simbólicos e estruturais.

Ademais, é importante observar que a linguagem jornalística reflete e ao mesmo tempo reforça a posição marginal das mulheres na cena política. A invisibilidade das candidatas enquanto agentes políticos com propostas, articulações e identidades plurais remete à crítica feminista interseccional, que denuncia a homogeneização da categoria “mulher”. As mulheres eleitas em Patos não são apresentadas como sujeitos políticos autônomos, mas como um dado curioso do processo eleitoral.

Em termos historiográficos, os dois textos também permitem refletir sobre o papel da imprensa como mediadora da memória política. Enquanto as vitórias masculinas são inseridas em uma linha de continuidade institucional, as conquistas femininas são apresentadas como rupturas breves, carentes de contextualização e historicidade. Tal assimetria aponta para a necessidade de construir novas narrativas históricas que reconheçam o protagonismo de mulheres na política local e regional, rompendo com as abordagens tradicionais que privilegiam apenas os atores hegemônicos.

Em síntese, a análise comparativa dos seis recortes de jornal nos permite afirmar que, embora as eleições de 1992 tenham representado uma ampliação do campo democrático no Brasil e na Paraíba, as estruturas de poder político permaneceram ancoradas em padrões excludentes, sobretudo no que tange à representação de gênero. A imprensa, enquanto produtora e reprodutora de discursos, desempenhou papel central na manutenção desses padrões, ao noticiar de forma desigual os sujeitos políticos de acordo com seu pertencimento de gênero. Assim, a consolidação de uma política verdadeiramente democrática requer não apenas a

presença numérica de mulheres nos espaços de poder, mas também a valorização de suas vozes, trajetórias e agendas nos meios de comunicação e na historiografia política.

Considerações Finais

A análise da participação das mulheres nas eleições municipais paraibanas de 1992, a partir da cobertura da imprensa local, permite compreender não apenas a dimensão quantitativa da presença feminina nos espaços institucionais de poder, mas, sobretudo, os sentidos políticos e simbólicos atribuídos a essa presença. O estudo evidencia que, embora o pleito de 1992 tenha representado um momento de ampliação relativa da participação feminina, com a eleição de prefeitas e vereadoras em diferentes municípios do estado, tal avanço ocorreu de forma limitada e condicionada por estruturas históricas profundamente marcadas pelo patriarcado, pelo clientelismo e pela reprodução das oligarquias familiares que tradicionalmente organizaram a política paraibana.

Nesse contexto, a imprensa desempenhou papel central na mediação entre o evento político e sua leitura pública. Os jornais analisados não apenas registraram os resultados eleitorais, mas também contribuíram para a construção de narrativas específicas sobre o lugar das mulheres na política. A cobertura revelou-se ambígua e, por vezes, contraditória: ao mesmo tempo em que reconheceu feitos inéditos, como a eleição de Nanci Cassiano, primeira prefeita indígena da Paraíba, frequentemente tratou tais acontecimentos como exceções ou curiosidades, sem problematizar suas implicações estruturais para a democracia e para a redefinição das relações de gênero no campo político. Esse enquadramento discursivo contribuiu para naturalizar a centralidade masculina na política e para manter a presença feminina em uma posição periférica no imaginário político local.

A análise dos recortes jornalísticos indica que a narrativa predominante reforçou a ideia de continuidade do poder masculino, seja pela valorização de trajetórias políticas tradicionais, seja pelo silenciamento das agendas e propostas das mulheres eleitas. Em muitos casos, a inserção feminina foi associada a vínculos familiares, à substituição de figuras masculinas ou ao prestígio político herdado, o que evidencia os limites impostos à construção de trajetórias políticas autônomas. Tal lógica discursiva dialoga diretamente com as estruturas de poder descritas pela literatura sobre gênero e política,

segundo as quais a presença das mulheres nos espaços institucionais, embora crescente, não implica automaticamente a transformação das práticas políticas ou das hierarquias simbólicas que sustentam a desigualdade.

Ao refletir sobre o pleito de 1992, constata-se que as conquistas femininas daquele período, ainda que significativas, não foram suficientes para romper de maneira estrutural com os obstáculos institucionais, culturais e simbólicos que historicamente dificultaram o acesso das mulheres ao poder político. Mesmo diante dos avanços promovidos pela Constituição Federal de 1988 e pelo fortalecimento dos movimentos feministas nas décadas anteriores, persistiam resistências nos partidos políticos, nos meios de comunicação e nas próprias dinâmicas eleitorais, o que limitava a consolidação de uma representação feminina mais ampla e efetiva.

Esse cenário revela uma tensão característica do processo de redemocratização brasileira: ao mesmo tempo em que se ampliam direitos e possibilidades de participação, mantêm-se práticas e estruturas tradicionais que operam como mecanismos de exclusão. No caso paraibano, essa tensão manifesta-se de forma particular, dada a força das elites políticas locais e a centralidade das redes familiares na organização do poder. Assim, as eleições municipais de 1992 configuram-se como um momento privilegiado para compreender a coexistência entre avanços democráticos e permanências estruturais, especialmente no que se refere às relações de gênero.

Dessa forma, este estudo reafirma a importância de revisitar criticamente a historiografia política a partir de uma perspectiva de gênero, deslocando o olhar das narrativas hegemônicas e ampliando os espaços de visibilidade das mulheres na história política local. Mais do que contabilizar presenças ou resultados eleitorais, trata-se de reconhecer as trajetórias, os discursos e as experiências das mulheres como elementos centrais para a compreensão das dinâmicas políticas e sociais. Ao evidenciar o papel da imprensa na construção dessas narrativas, a pesquisa contribui para problematizar os limites da democracia representativa e para refletir sobre os desafios ainda existentes na consolidação de uma participação política efetivamente plural.

Por fim, ao recuperar as experiências das mulheres paraibanas no contexto das eleições de 1992, o trabalho busca não apenas lançar luz sobre um período específico,

mas também dialogar com debates contemporâneos acerca da sub-representação feminina, da desigualdade de gênero e do papel dos meios de comunicação na legitimação do poder político. Ao reconhecer essas trajetórias e problematizar as narrativas que as cercam, reafirma-se a necessidade de construir uma memória política mais inclusiva, capaz de incorporar a diversidade de sujeitos que compõem a história democrática brasileira e de fortalecer os princípios de justiça, igualdade e representatividade que a sustentam.

Referências

- ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: imprensa e vida**. 2. ed. João Pessoa: Grafset, 1986.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRAGA, Lúcia Navarro. **Tempo de viver, tempo de contar**. João Pessoa: A União, 1995.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.
- JORNAL **A União**. João Pessoa, 9 out. 1992. Diário Oficial do Estado da Paraíba.
- JORNAL **A União**. João Pessoa, jun. 1993. Diário Oficial do Estado da Paraíba.
- JORNAL **O Norte**. João Pessoa, 8 out. 1992.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Análise do discurso: da enunciação às práticas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Sobre história e historiografia das mulheres**. Caderno Espaço Feminino, v. 31, n. 1, p. 145–166, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-8>.
- PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História (São Paulo), v. 24, n. 1, p. 77–98, 2005.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960–1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 29–54.
- PERROT, Michelle. **A história feita de greves, excluídos e mulheres (entrevista)**. Tempo Social, v. 8, n. 2, p. 191–200, out. 1996.
- PHILLIPS, Anne. **Engendering democracy**. University Park: Pennsylvania State University Press, 1991.
- RABAY, Glória. **Mulher e política na Paraíba**. In: RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e política na Paraíba: histórias de vida e luta**. João Pessoa: Editora UFPB, 2010. p. 13–38.

TABAK, Fanny. Representação política e prática democrática. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de (org.). **Mulheres: da domesticidade à cidadania**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987. p. 87–104.

VIEIRA, Eudésia. **A mulher**. *Revista Era Nova*, João Pessoa, n. 24, p. 8, 15 abr. 1922.